



Lua Nova

ISSN: 0102-6445

luanova@cedec.org.br

Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
Brasil

Costa Lima, Marcos
O humanismo crítico de Edward W. Said
Lua Nova, núm. 73, 2008, pp. 71-94
Centro de Estudos de Cultura Contemporânea
São Paulo, Brasil

Disponible en: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=67311189004>

- Cómo citar el artículo
- Número completo
- Más información del artículo
- Página de la revista en redalyc.org

redalyc.org

Sistema de Información Científica
Red de Revistas Científicas de América Latina, el Caribe, España y Portugal
Proyecto académico sin fines de lucro, desarrollado bajo la iniciativa de acceso abierto

O HUMANISMO CRÍTICO DE EDWARD W. SAID

Marcos Costa Lima

“Todo documento de civilização é também um documento de barbárie” –

WALTER BENJAMIN (Said, 2007, p. 69).

A recepção no Brasil da obra de Edward W. Said (1935-2003), professor de literatura na Universidade de Columbia, é, salvo melhor aviso, recente. Em 1990, a editora Companhia das Letras publicou *Orientalismo*¹, seu livro mais polêmico e, em 1995, *Cultura e imperialismo*. Em seguida vieram seus ensaios *Reflexões sobre o exílio* e *Paralelos e paradoxos*, em 2003, conversas com o músico Daniel Beremboim, *Representações do intelectual*, em 2005, e, em 2007, *Humanismo e crítica democrática*.

Também recente é minha aproximação com sua obra. Em 2003, realizando meu pós-doutorado em Paris, tive contato com um artigo seu publicado na revista *Carré Rouge*², uma homenagem quando de seu falecimento. A curiosidade aumentou após a leitura deste artigo, que tratava do conflito Israel-Palestina e em particular do assassinato de

¹ O livro publicado em 1978 tornou-se um clássico dos estudos culturais pela arrojada tese que defende, ou seja, a de que o Oriente é uma invenção ocidental, que inferioriza as civilizações a leste da Europa, atribuindo-lhe características exóticas, estranhas, mitológicas.

² *Carré Rouge*, n° 26, outubro de 2003. Disponível em: <http://carre-rouge.org>. O texto, intitulado “Dignidade e solidariedade”, foi um dos últimos artigos publicados em língua inglesa no Al-Ahram Weekly, tendo sido traduzido para o português por Maria de Jesus de Britto Leite, arquiteta e professora da UFPE.

Raquel Corrie, jovem norte-americana que prestava serviços voluntários no International Solidarity Movement, uma ONG que organiza missões civis nos territórios ocupados e que perdeu a vida ao ajudar seres humanos sofridos em Gaza. Nesse texto, encontrei a defesa convicta da Palestina, a denúncia dos terrores praticados contra esse povo, mas, sobretudo, uma busca pela justiça, o rechaço firme do terrorismo, o repúdio a uma solução militar.

Dizia ele então que

“nenhuma cultura ou civilização existe isolada das outras, nenhuma entende estes conceitos de individualidade e de iluminismo como sendo completamente exclusiva. E nenhuma existe sem os atributos humanos fundamentais que são a comunidade, o amor, a valorização da vida e de todo o resto”.

72

Em um mundo tão fragmentado como o nosso, tão dilacerado, tão exposto à intransigência e à violência, as palavras de Said beiravam a ingenuidade. Mas a força de seu pensamento está justamente numa reflexão que é, a uma só vez, densa, erudita e analítica, mas também corajosa. Coragem de expor suas idéias, de optar pelo lado mais frágil e pelos que sofrem privação, de afrontar a sociedade norte-americana que é também a sua e, mais do que chamar-lhe à razão, apontar suas iniquidades. A partir daí, passei a ler os seus ensaios sobre literatura, pois alguns dos seus autores prediletos eram também os meus, a exemplo de Joseph Conrad, Flaubert, Dickens, Sartre, entre tantos outros, tudo isso associado a uma larga bagagem analítica de teóricos da filologia, como Eric Auerbach e Leo Spitzer; mas também de Gramsci, Adorno e Walter Benjamin; Luckács; Foucault, Raymond Williams e Bourdieu, uma formidável galeria. Para fechar o repertório, em si muito atrativo, uma prosa agradável, uma erudição aguçada aliadas a uma capacidade crítica inovadora. À medida que fazia as leituras, digamos, marginais ou complementares, o interesse

aumentou e cheguei, portanto, ao núcleo do seu pensamento, exposto em *Orientalismo e Cultura e imperialismo*.

Esta breve introdução, portanto, é mais para dizer que este é um trabalho preliminar, uma primeira aproximação analítica da obra de Edward W. Said. Mais, ainda, tem a intenção de trazer, para o contexto da política internacional comparada, a contribuição teórica de uma análise da literatura européia e norte-americana comparada, eminentemente política e, ao mesmo tempo, fortemente literária.

Said queria destacar o papel central do pensamento imperialista na cultura ocidental moderna e se perguntava por que a centralidade dessa visão imperial que foi registrada e apoiada pela cultura que a produziu, em certa medida, a ocultou. Ele considerava que, para entender as preocupações imperiais, que foram constitutivas do Ocidente moderno, deve-se avaliar essa cultura tanto do ponto de vista da apologia quanto do ponto de vista da resistência antiimperialista, em geral silenciada na obra dos grandes autores ocidentais. A este instrumento analítico Said (1995) denomina de “leitura em contraponto”. E, como ele mesmo afirmou, “no encerramento do século XIX, com a disputa pela África, a consolidação da união imperial francesa, a anexação americana das Filipinas e o domínio inglês no subcontinente indiano, em seu auge, o império era uma preocupação universal”. Ao mesmo tempo asseverava: “Os grandes praticantes da crítica [literária] simplesmente ignoram o imperialismo” (Said, 1995, p. 102).

73

Autores, como Jane Austen, Camus, Kipling, escreveram para um público ocidental, mesmo quando tratavam e narravam personagens, lugares, situações que se referiam ou utilizavam territórios ultramarinos dominados por europeus. Mas, ao mesmo tempo, Said nos dizia que esses povos colonizados não-europeus “não aceitavam indiferentes a autoridade projetada sobre eles, nem o silêncio geral que cercava sua presença, sob formas mais ou menos atenuadas”. Said (1995) conclui afirmativamente como se definisse seu método e suas intenções:

“Devemos, pois, ler os grandes textos canônicos, e talvez também todo arquivo da cultura européia e americana pré-moderna, esforçando-nos por extrair, entender, enfatizar e dar voz ao que está calado, ou marginalmente presente ou ideologicamente representado em tais obras” (Said, 1995, p. 104).

Said tem muito de Bourdieu (1989) na forma de pensar, na forma de estruturar a análise, sobretudo na compreensão de que há uma economia do simbólico que é irredutível à economia (em sentido restrito) e que as lutas simbólicas têm fundamentos e efeitos econômicos.

Para além de uma reatualização do conceito de imperialismo, central na obra de Said, cinco outros temas tratados ao longo da sua obra interessam diretamente ao *campo* da Política Internacional Comparada, alguns dos quais serão desenvolvidos no desenrolar deste trabalho: o primeiro é o presente poder hegemônico exercido pelo governo dos Estados Unidos³ ao longo do século XX e início do XXI, que nos interpela para além da pretensão imperial exercida por aquele país, sobre as possibilidades de uma multipolaridade entre nações, dos desafios de uma interdependência transnacional, enfim, da construção de uma ordem mundial efetivamente democrática. A questão central aqui é, portanto, a democracia. O segundo tema é a questão nacional que, embora entendida como momento nativista e necessário em resposta ao processo colonial, passa pelo crivo da crítica, em que autores como C. L. R. James, Frantz Fanon, Noam Chomsky, entre outros, são invocados no sentido de apontar os riscos de uma consciência nacional despreparada ou ainda desvirtuada após as lutas de independência e libertação. Mas também as relações Norte-Sul, reapresentações das velhas desigualdades

74

³ Em particular, tratar da força das idéias emitidas a partir dos Estados Unidos, do culto da especialidade e do profissionalismo, hegemônico no discurso cultural desse país e que termina por contaminar a produção das ciências humanas na vida americana, estabelecendo cânones de validade universal ou paradigmas impositivos.

imperiais e persistência do “antigo regime”. Neste contexto, Said introduz um argumento de Noam Chomsky, de 1982, que ainda hoje traduz uma inquietante realidade mundial:

“[O conflito] Norte-Sul não se aplacará, e novas formas de dominação terão de ser triadas para assegurar aos segmentos privilegiados da sociedade industrial a preservação de um controle substancial dos recursos mundiais humanos e materiais, e dos lucros desproporcionais derivados desse controle. Assim, não surpreende que a reconstituição da ideologia nos Estados Unidos encontre eco em todo mundo industrial. [...] Mas é absolutamente indispensável para o sistema ideológico ocidental que se estabeleça um enorme fosso entre o Ocidente civilizado, com seu tradicional compromisso com a dignidade humana, a liberdade e a autodeterminação, e a brutalidade bárbara daqueles que, por alguma razão – talvez genes defeituosos –, não conseguem apreciar a profundidade desse compromisso histórico, tão bem revelado pelas guerras americanas na Ásia, por exemplo” (apud Said, 1995, p. 351).

75

O terceiro tema, mas não menos importante, diz respeito a toda a sua luta pela causa palestina, tensionada pelo fato de ser um americano-árabe, vivendo nos dois mundos, revoltado contra os estereótipos à cultura árabe nos Estados Unidos, durante e após a Guerra do Golfo; de que os árabes só entendem a força; de que a brutalidade e a violência lhes são inerentes e fazem parte da cultura árabe; de que o islamismo é uma religião intolerante, segregacionista e medieval, fanática, cruel, contra as mulheres. A força da análise de Said está justamente na busca de um paradigma outro, inovador para a pesquisa humanista, capaz de desmistificar as construções culturais. Ao entender e criticar o *hegemon*, não poupa os descaminhos políticos no mundo árabe, sobretudo de suas elites:

“a atmosfera generalizada de mediocridade e corrupção que paira sobre essa região desmedidamente rica, magnificamente dotada em termos históricos e culturais, e amplamente abençoada com talentos individuais, constitui um enorme enigma, uma imensa decepção” (Said, 1995, p. 370).

E conclui:

“A democracia em qualquer sentido real do termo não se encontra em parte alguma do Oriente Médio ainda ‘nacionalista’: que são as oligarquias privilegiadas ou grupos étnicos privilegiados. A grande massa do povo permanece esmagada sob ditaduras ou governos inflexíveis, impopulares. Mas, a idéia de que os Estados Unidos sejam um virtuoso inocente nesse terrível estado de coisas é inaceitável [...]” (Said, 1995, p. 370).

76

O repertório de incongruências e preconceitos a respeito da civilização árabe-muçulmana está também vinculado à ignorância ocidental sobre esta cultura, sobre suas contribuições, bem como por um trabalho de negação feito, sistematicamente, no século XIX por pensadores europeus, a exemplo de Ernest Renan, que faziam com que a contribuição destes povos só aparecesse furtivamente nas histórias gerais das civilizações e, no melhor dos casos, como uma simples transmissão entre a Grécia e a Europa do Renascimento (Djebar, 2001).

Em quarto lugar, a importância de Said em trazer e dar visibilidade à inestimável contribuição intelectual periférica de autores como Eqbal Ahmad (paquistanês), Ngugi Wa Thongo (queniano), Ali Shariat (iraniano), Wole Soyinka (nigeriano), Tayeb Salih (sudanês), C. L. R. James (de Trinidad-Tobago), George Antonius (libanês), Faiz Ahmada Faiz (paquistanês), José Martí (cubano), Partha Chatterjee (indiano), Ranajit Guha (indiano), Aimé Césaire (martiniqueño), Derek Walcott (caribenho), muito embora a

literatura sul-americana e a brasileira, em particular, estejam ausentes deste universo do qual, sem dúvida, poderiam fazer parte Machado de Assis, Lima Barreto, Joaquim Nabuco, Antonio Candido, entre tantos outros.

Finalmente, a figura do exílio, tanto intelectual quanto aquela que tem sua encarnação atual no migrante, nas migrações internacionais que têm sido um tema que cresce em importância, em razão de tantas diásporas produzidas na contemporaneidade, frutos da violência, das guerras, da incompetência e intransigência de elites nacionais.

Imperialismo e cultura

Este livro é uma ampliação da argumentação desenvolvida em *Orientalismo*, tentando aprofundar o modelo mais geral de relações entre o Ocidente metropolitano moderno e seus territórios de ultramar, pela via dos estudos e discursos europeus sobre a Índia, a África, Extremo Oriente e Caribe, “[...] na tentativa geral de dominar povos e terras distantes, e portanto relacionados com as descrições orientalistas do mundo islâmico [...]” (Said, 2005, p. 11). Said quer aprofundar a relação geral entre cultura e império. As figuras retóricas que desvela são muitas, os estereótipos construídos do “espírito” do colonizado, transformando-os em bárbaros, primitivos, irresponsáveis, selvagens, necessitando, portanto, de disciplina, quando não de açoite, justificam assim a “tarefa” européia de “levar a civilização até lá”, pois do contrário só a entenderiam através da força ou da violência (Lévi-Strauss, 1951).

Said parte de um conceito de cultura abrangente, aquele que designa as artes da descrição, comunicação e representação, com relativa autonomia dos campos econômico, político e social e que, não raro, existe sob a forma estética. Isto inclui tanto o saber popular quanto o conhecimento especializado de disciplinas como Etnografia, Historiografia, Filologia, Sociologia e História Literária. Para ele, a narrativa é crucial, tendo como tese básica a idéia de que as his-

tórias estão no cerne daquilo que dizem os exploradores e os romancistas acerca de regiões estranhas do mundo, mas que, ao mesmo tempo, elas se tornam um método utilizado pelos povos colonizados para afirmar sua identidade e a existência de uma história própria (Said, 2005, p. 13).

Assim, tanto o poder de narrar quanto o de bloquear ou de impedir a formação de novas narrativas é relevante para o estudo da cultura e do imperialismo. Por outro lado, Said afirma, a partir de Matthew Arnold, que a cultura é um conceito que inclui um elemento de elevação e refinamento, o que de melhor produz uma sociedade no saber e no pensamento e, de forma derivada, entendida como um elemento mitigador, excluindo os efeitos danosos ou perversos da vida moderna e agressiva. A cultura acaba associada à nação ou ao Estado, a um *nós*, gerando identidade, via os clássicos nacionais:

78

“O problema com essa idéia de cultura é que ela faz com que a pessoa não só venere sua cultura, mas também a veja como divorciada, pois transcendente, do mundo cotidiano. [...] Uma das difíceis verdades que descobri trabalhando neste livro é que pouquíssimos, dentre os artistas ingleses ou franceses que admiro, questionaram a noção de ‘raça submissa’ ou ‘inferior’, tão evidente entre funcionários que colocavam essas idéias em prática, ao governarem a Índia ou a Argélia” (Said, 2005, p. 14).

Ao analisar *Nostramo*, de Joseph Conrad (um dos autores mais admirados por Said), que se passa numa república da América Central dominada por interesses externos, mas ao mesmo tempo diferente de suas usuais obras na Índia e na África coloniais, Said mostra como o autor antevê a incontrollável insatisfação e os “desmandos” das repúblicas latino-americanas. Conrad cita Bolívar, que entendia que governá-las era igual a arar no oceano, e ao mesmo tempo desvela, na conversa entre dois personagens – o financista

de São Francisco e o proprietário inglês da mina de São Tomé – o sentido da empreitada “imperial”:

“Podemos sentar e olhar. Claro, algum dia interviremos. Estamos fadados a isso. Mas não há pressa. [...] estaremos ditando as regras para tudo – indústria, comércio, leis, jornalismo, arte, política e religião, do Cabo Horn até Surith’s Sound, e também mais adiante, se algo que valer a pena surgir no pólo Norte [...] Conduziremos os negócios do mundo, quer ele goste ou não. O mundo não pode evitá-lo – e nem nós, imagino eu”.

Seja em *Nostramo* ou em *Heart of darkness*, para Conrad a própria imagem das trevas está associada à imagem revertida do eurocentrismo como luz, a um projeto civilizador. Ele não podia admitir que os nativos pudessem ser livres da dominação europeia e esta compreensão está associada ao personagem Kurtz quando, em momento de fúria e loucura, ordena: “exterminem todos os bárbaros!”. É o próprio Said quem conclui:

79

“Portanto, não é paradoxal que Conrad fosse imperialista e antiimperialista: progressista quando se tratava de apresentar com destemor e pessimismo a corrupção autoconfirmadora e autoenganosa do domínio ultramarino; profundamente reacionário quando se tratava de conceder que a África ou a América do Sul pudessem algum dia ter uma história ou uma cultura independentes, que os imperialistas abalaram violentamente, mas pela qual foram, afinal, derrotados” (Said, 2005, p. 19).

A atualização desta interpretação com o *modus operandi* dos Estados Unidos é imediata, sobretudo ao manter o refrão de reivindicar e tornar-se o guardião da democracia no mundo, e a todo custo. A destruição que se perpetuou no Vietnã, no passado, e hoje, no Iraque, é exemplar.

A densa reflexão de Said sobre o imperialismo atualiza o termo. Para ele, o século XIX foi o apogeu da ascensão do Ocidente, estabelecendo esta geografia: em 1800, as potências ocidentais detinham 35% da superfície do globo e, em 1878, essa proporção chegou a 67%. Em 1914, a Europa detinha 85% do mundo sob a forma de colônias, protetorados etc. Depois de 1945, com o desmantelamento das estruturas coloniais, essa “Era do Império” chega ao fim, mas, ao mesmo tempo, como Said afirma, a luta pela geografia não se “restringe a soldados e canhões” (Said, 2005, p. 38). Ela abrange também idéias, formas, imagens e representações, e continua a exercer uma influência considerável no presente.

A definição de Imperialismo dada por Said é aquela que designa

80

“a prática, a teoria e as atitudes de um centro metropolitano dominante governando um território distante; o ‘colonialismo’, quase sempre uma consequência do imperialismo, é a implantação de colônias em territórios distantes” (Said, 2005, p. 40).

Nenhum deles é simples ato de acumulação e aquisição:

“ambos são sustentados e talvez impelidos por potentes formações ideológicas que incluem a noção de que certos territórios e povos precisam e imploram pela dominação [...]” (Said, 2005, p. 40).

Esta presença visceral do Imperialismo se faz manifesta em Said quando está a comentar a obra de seu colega indiano, Salman Rushdie:

“Posso entender muito bem a raiva que alimentou o raciocínio de Rushdie, pois, como ele, sinto-me excluído por um consenso ocidental predominante, que veio a encarar

o Terceiro Mundo como um território estorvo, um lugar inferior em termos políticos e culturais” (Said, 2005, p. 61).

Ao tratar especificamente do seu campo de estudo, a literatura comparada, Said admite que ela surgiu no auge do Imperialismo europeu e, portanto, estaria inegavelmente ligada a ele.

O principal traço desse estilo literário é a própria erudição, a começar por Erich Auerbach e Leo Spitzer, grandes comparatistas alemães que fugiram para os Estados Unidos por conta do nazismo. Said partia da tradição européia e da norte-americana nesse campo, que carregava consigo a crença de que a humanidade se constituía em uma totalidade maravilhosa, cujo progresso podia ser estudado como um todo, mas também como uma experiência secular e não como algo transcendente. O homem fazia a história e o iluminismo era a manifestação dessa história.

Por maior que tenha sido a admiração que Said cultivou, sobretudo por Auerbach, o fato não o impediu de entender que essa concepção da cultura humana se tornou corrente na Europa e nos Estados Unidos de 1745 e 1945 e esteve relacionada à ascensão do nacionalismo no mesmo período. Ao mesmo tempo, entendeu que, ao celebrarem a humanidade e a cultura, estavam celebrando idéias e valores de suas próprias culturas, distintas, portanto, daquelas do Oriente, da África ou da América Latina (Said, 2005, p. 79). Portanto, um universalismo muito restrito e particular.

Tratando da criação do primeiro departamento americano de literatura comparada, que data de 1891, na Universidade de Columbia, Said nos diz que o trabalho oriundo deste centro acadêmico

81

“trazia consigo a idéia de que a Europa e os Estados Unidos, juntos, constituíam o centro do mundo, não meramente devido às suas posições políticas, mas também porque suas literaturas eram as mais dignas de estudo” (Said, 2005, p. 82).

Em 1950, com os progressos realizados pela Revolução Russa na disputa espacial, nos fala Said sobre a criação do *National Defense Educational Act*, que transformou o estudo das línguas estrangeiras e da literatura comparada em campos diretamente relacionados à Segurança Nacional.

Em plena Guerra Fria, o etnocentrismo ganha terreno. Said estabelece inclusive uma interessante ilação entre a relação geografia-literatura, cuja visão de uma “literatura mundial” passa a coincidir com o que tinha sido enunciado pelos teóricos da geografia colonial, a exemplo de Mackinder, Lucien Fevre, entre outros. Aparece entre aqueles teóricos uma avaliação do sistema mundial metropolocêntrico e imperial em que, para além da história, o espaço geográfico colabora para produzir um “império mundial” comandado pela Europa. O mapa imperial autorizava de fato a visão cultural. Por isso Said sintetizava que

82

“os discursos universalizantes da Europa e Estados Unidos modernos, sem nenhuma exceção significativa, pressupõem o silêncio, voluntário ou não, do mundo não-europeu. Há incorporação; há inclusão; há domínio direto; há coerção. Mas muito raramente admite-se que o povo colonizado deve ser ouvido e suas idéias conhecidas” (Said, 2005, p. 86).

Said chama a atenção para o fato de que os Estados Unidos substituíram os grandes impérios anteriores, sendo a força econômica e militar no mundo contemporâneo, e dominam a América Latina, boa parte do Oriente Médio, África e Ásia; mas também assinala o fato de que se vivemos em um mundo para além do mercado, mas de representações, a cultura não pode estar dissociada desta realidade. Desvincular a esfera cultural do contexto político é um falseamento, é querer entender a cultura como impermeável ao poder, como se as representações pudessem ser tratadas como imagens apolíticas.

Finalmente, no último capítulo de *Cultura e imperialismo*,

ele trata da ascendência americana após a Segunda Guerra Mundial.

Humanismo e crítica democrática

Este livro, que se compõe de cinco capítulos, foi apresentado, a princípio, como um conjunto de conferências na Universidade de Columbia, em janeiro de 2000, e ampliado em 2002. A data é significativa, pois no intervalo aconteceu a tragédia do 11 de setembro de 2001, que alterou substantivamente a esfera política nos EUA e no restante do globo.

Seu ponto de partida é o Curso de Humanidades em sua universidade, que se inicia em 1937, um programa de quatro horas semanais e duração de um ano, que introduz e familiariza os estudantes em Homero, Heródoto, Ésquilo, Eurípides, Platão e Aristóteles, a Bíblia, Virgílio, Dante, Santo Agostinho, Shakespeare, Cervantes e Dostoievski. O objetivo central de Said era reexaminar a relevância do Humanismo ao se entrar em um novo milênio. Era buscar compreender o alcance viável do Humanismo como prática persistente e não como patrimônio, mais sobre o que tem sido e é, do que uma mera lista de atributos desejáveis que definissem um humanista.

Essa necessidade de discutir o significado atual do Humanismo interessa, quando sabemos que o termo perdeu substantividade, ganhou foros de tradição e de conservadorismo, de elitismo; quando tantas palavras no discurso corrente têm o termo *humano* (sugerindo humanista ou humanitário) em seu núcleo; quando ao mesmo tempo o bombardeio da Iugoslávia pela OTAN em 1999 foi descrito como uma “intervenção humanitária” (Said, 2007a, p. 25).

Como diz Said, desde o dia “11 de setembro” o terror e o terrorista têm sido introduzidos na consciência pública norte-americana com uma insistência espantosa. A ênfase tem sido reforçar a distinção entre o “nosso bem” e o “deles”, na qual os cidadãos estadunidenses representariam a cultura humanitária e “eles”, a violência e o ódio. Uns, civi-

lizados; “eles”, a barbárie. Aí também está presente a crítica a Samuel Huntington (como também em outras obras suas – Said, 2003), sobretudo pela abordagem redutora, vaga e reducionista presente em *Choque de civilizações e a reconstrução da ordem mundial* (Huntington, 1997).

Said não ignora o advento e a influência, nos anos 1960 e 1970, da teoria francesa sobre os departamentos de humanidades das universidades norte-americanas que, sobretudo após a Guerra do Vietnã e o Maio de 1968, praticamente destrói criticamente o humanismo tradicional, através dos pensamentos estruturalista e pós-estruturalista, que professavam a morte do homem e a preeminência dos sistemas anti-humanistas, presentes nas obras de Lévi-Strauss (*Pensamento selvagem*) e de Michel Foucault (*Arqueologia das ciências humanas*⁴), e onde as vozes de Rousseau e de Nietzsche ecoam forte, onde o *bom selvagem* e o *louco* são as figuras que refratam as fragilidades da razão.

84

Foucault, em entrevista que deu em 1966, falava da ruptura com Sartre e sua escola, que se situa no momento em que Lévi-Strauss e Lacan mostraram que o “sentido” não era mais que um efeito de superfície, uma reverberação,

“e aquilo que nos atravessava profundamente, o que estava antes de nós, o que nos sustentava no tempo e no espaço era o sistema”. [...] “Antes de toda a existência humana, antes de todo o pensamento humano, haveria já um saber, um sistema, que nós redescobrimos [...]” (Foucault, 1974, pp. 29-36).

Para Foucault, a herança mais pesada que tínhamos recebido do século XIX fora o Humanismo e, para ele, era tempo de nos desembaraçarmos:

⁴ Arqueologia que Sartre, generalizando a crítica ao estruturalismo, afirmou ser irracional, por propor a eliminação da História e optar pela pura descontinuidade. Nessa disputa, Foucault argumentava, contra o existencialismo sartriano, que não é o sujeito que pensa, mas sim o Sistema, por ele.

“O humanismo foi uma maneira de resolvermos em termos de moral, de valores, de reconciliação, problemas que não se podiam resolver de modo algum. Conhece a frase de Marx? A humanidade só formula problemas que pode resolver. Eu creio que se pode dizer: o humanismo finge resolver problemas que não pode formular” (Foucault, 1974, pp. 29-36).

A posição adotada por Edward Said não é, portanto, ingênua, ainda mais quando utiliza o trabalho de Foucault para reforçar a sua elaboração teórica:

“Michel Foucault e Thomas Kuhn prestaram um serviço considerável lembrando-nos nas suas obras que, de forma consciente ou não, os paradigmas e epistemes têm um domínio perfeito sobre as áreas do pensamento e expressão, um domínio que inflecte, se não modela, a natureza do pronunciamento individual. Os mecanismos implicados na preservação do conhecimento em arquivos, as regras que regem a formação dos conceitos, o vocabulário das linguagens expressivas, os vários sistemas de disseminação, tudo isso entra em alguma medida na mente humana e a influencia, de modo que já não podemos dizer com absoluta confiança onde termina a individualidade e onde começa o domínio público” (Said, 2007a, pp. 64-65).

85

Ao aceitar a contribuição de Foucault, não deixa de acreditar que seja possível ser crítico ao Humanismo em nome do Humanismo e que, por exemplo, esolado nos seus abusos pela experiência do eurocentrismo e do império, se poderia dar forma a um tipo diferente de Humanismo que fosse cosmopolita, capaz de apreender as grandes lições do passado. Isso, na medida em que esse Humanismo seja uma prática contra as idéias prontas e os clichês, que seja um meio de resistência à linguagem sem reflexão. Tomando o exemplo

recente da luta sul-africana contra o *apartheid*, nos diz que “as pessoas em todo o mundo podem ser, e o são, movidas por ideais de justiça e igualdade” (Said, 2007a, p. 29).

Said quer garantir o *sentido*, a afirmação do sujeito, a sua opção e possibilidade de compreensão, quando entende Humanismo como noção secular de que o mundo histórico é feito por homens e mulheres e não por Deus, e que pode ser compreendido racionalmente segundo o princípio estabelecido pelo filósofo Vico que, em sua *Ciência Nova*, dizia poder-mos conhecer as coisas segundo o modo como foram feitas.

Nos Estados Unidos, sobretudo após a Guerra do Vietnã, as humanidades caíram em descrédito, mas o Humanismo tornara-se conservador e elitista e abandonara o processo de criação da história, de mudá-la. A expressão literária e acadêmica desse conservantismo e arrogância foi Allan Bloom, que ganhou projeção ao se tornar um *best-seller* com *O declínio da cultura ocidental*. Justamente na contracorrente de Said, que compreendia o Humanismo como democrático, como aberto a todas as classes e formações, e como um processo de incessante descoberta, autocrítica e liberação.

Um tema que esteve sempre presente nas reflexões de Said foi o nacionalismo⁵. Para o autor de *Beginnings* (Said, 1975), a história de todas as culturas é a história dos empréstimos culturais. As culturas são, portanto, permeáveis. O assunto é tratado de forma contundente em “Resistência e oposição” e de forma dialética em *Cultura e imperialismo*. Mas também em *Humanismo e crítica democrática* (Said, 2007a, p. 73) o intelectual palestino aponta para os danos e exemplos históricos negativos, devastação e sofrimento humano provocados pelo

⁵ Aijaz Ahmad, numa chave marxista ortodoxa, embora qualificada, acusa Said de transformar a controvérsia a respeito da descolonização em um mero assunto literário e, pior, de estabelecer uma crítica cultural em convergência com o mercado mundial, por entender que Said pretende se livrar, e aos seus leitores, de identidades de classe, nação e gênero (Ahmad, 2002, pp. 109-165). Sem dúvida, uma leitura que faz tábula rasa do essencial da obra de Edward Said.

nacionalismo, pelo *entusiasmo religioso* e pelo *pensamento identitário*, este último trabalhado, sobretudo na obra de Adorno.

Os três elementos se opõem ao pluralismo cultural. Em relação exclusiva aos Estados Unidos, o nacionalismo dá origem ao excepcionalismo e à paranóia do antiamericanismo presentes na cultura desse país que, segundo ele, desfigura a sua história, reforçando narrativas belicosas e criando constantemente inimigos poderosos e ameaçadores, ao mesmo tempo em que cristaliza uma concepção de superioridade natural, estimulando políticas de intervencionismo arrogante em todo o mundo. Essa expressão do nacional leva a uma compreensão mais abrangente do que talvez Bourdieu intitulasse de economia simbólica nacional ou de representação coletiva do nacional: “Somos ainda herdeiros desse estilo segundo o qual o indivíduo é definido pela nação, a qual, por sua vez, extrai sua autoridade de uma tradição supostamente contínua” (Said, 2005, p. 27).

Said é de fato um internacionalista. Esse *imprint* é herança forte de Eric Auerbach, a quem atribui ter produzido em *Mimesis* “a maior e mais influente obra humanista-literária do último meio-século⁶” (Said, 2007a, p. 111). E o nosso autor aprecia citar reiterada vezes a frase do filólogo alemão na qual este afirma que “o nosso lar filológico é o mundo, não a nação ou mesmo o escritor individualmente” (Ahmad, 2002, p. 162).

Ao mesmo tempo, o professor de Columbia não quer ser identificado, ou mal interpretado, como defensor de uma posição antinacionalista. Para ele, é fato histórico que a restauração da comunidade, a afirmação da identidade, o surgimento de novas práticas culturais tenham consolidado, nas regiões oprimidas, movimentos de superação da alienação e

87

⁶ Cf. ainda a crítica próxima à antipatia de Ahmad (2002, p.113), quando estabelece uma *quase transferência freudiana* entre Said e Auerbach, na medida em que Auerbach é o emblema da retidão erudita, uma figura solitária defendendo o valor humanista em meio ao holocausto, um estudioso no melhor dos sentidos, quando Said seria o palestino sem Estado, vivendo em um quase exílio a sua ambiciosa obra o *Orientalismo*.

assim pudesse avançar a luta contra a dominação e a exploração ocidental em todos os quadrantes do planeta: “opor-se a isto tem tanto resultado quanto se opor à descoberta da gravidade por Newton” (Said, 2005, p. 276). Mas, ao mesmo tempo, esse nacionalismo não pode ser acrítico, não pode ser ufanista, não pode ser caracterizado como uma etapa final que substitui um déspota ocidental por um local: “Não se deve esquecer a crítica firme do nacionalismo, derivada dos vários teóricos da libertação que abordei, pois não podemos nos condenar a repetir a experiência imperial” (Said, 2005, p. 405). Essa interpretação o conduz a estabelecer uma grande pergunta, qual seja: como manter vivas as energias libertárias desencadeadas pelos grandes movimentos de resistência e colonização e pelas revoltas populares desde 1980. Será que estas energias conseguirão escapar aos processos homogeneizadores da vida moderna, conseguirão suspender as intervenções da nova centralidade imperial?

88

São necessárias cautela e prudência para tratar da difícil relação entre nacionalismo e processos de libertação, que, segundo ele, são dois ideais ou objetivos de pessoas empenhadas contra o imperialismo. Mas, se é verdade que a criação de inúmeras nações-Estado independentes recentes no mundo pós-colonial restaurou o primado das ditas comunidades imaginadas, ao mesmo tempo muitas delas foram destruídas e saqueadas por ditadores e tiranetes, que acabaram por desvirtuar todo processo de libertação e de liberdades civis.

“E então, surpreendentemente, o mundo inteiro se descolonizou depois da Segunda Guerra Mundial” (Said, 2005, p. 253). A Inglaterra detinha poder imperial sobre Austrália, Nova Zelândia, Hong Kong, Nova Guiné, Ceilão, Malaia, todo o subcontinente asiático, a maior parte do Oriente Médio, toda a África Oriental, do Egito à África do Sul, parte da África Centro-Oriental, a Guiana, certas ilhas do Caribe, a Irlanda e o Canadá. O império francês era menor, mas ainda assim detinha o poder de parte das ilhas do Caribe, no Pacífi-

co e no Índico (Madagascar, Nova Caledônia, Taiti), da Guiana e toda a Indochina; boa parte da África, do Mediterrâneo, a Síria e o Líbano. A luta antiimperialista tomou conta do mundo nos anos 1950 e 1960, com os Estados Unidos já surgindo como substituto em muitas dessas regiões, como aconteceu na Coreia e depois na Indochina. Essas mudanças só ocorreram pela vontade de pessoas de resistirem às pressões do domínio colonial, de tomarem armas, conceber idéias de libertação e imaginar (como diria Benedict Anderson) uma nova comunidade nacional. “E também não podem ocorrer, a menos que se instale internamente uma exaustão política ou econômica que se questione, em público, o custo do domínio colonial” (Said, 2005, p. 255).

Muito dessa reflexão sobre a complexidade inerente ao projeto nacionalista Edward Said toma de empréstimo da obra de Frantz Fanon. O psiquiatra e ensaísta martiniquenho que escreveu obras⁷ de grande repercussão mundial sobre colonialismo, racismo, nacionalismo, chama a atenção para o fato de que a consciência nacionalista pode, com facilidade, levar a uma rigidez estática e apenas substituir as autoridades e os burocratas brancos por equivalentes de cor, não sendo, portanto, nenhuma garantia de que os funcionários nacionalistas não reproduzirão os velhos padrões e arranjos.

É densa a reflexão nas Ciências Humanas sobre o nacionalismo⁸ e não há aqui a intenção nem tampouco possibilidade de esgotá-la. O que interessa, particularmente, é apresentar a compreensão de Edward Said sobre a questão. Neste sentido, ele introduz dois importantes autores ocidentais que trataram do assunto por pontos de vista bastante diferenciados: Hobsbawm e Ernst Gellner. Ambos entenderam o nacionalismo como uma forma de comportamento político que foi sendo gradualmente superado pelas novas realidades transnacionais

⁷ *Os condenados da terra* (1968); *Peau noire, masques blancs* (1952).

⁸ O excelente livro organizado por Gopal Balakrishnan (2000) ou ainda Benedict Anderson (1991).

das economias modernas⁹, das comunicações eletrônicas e da projeção militar das superpotências, e são criticados por Said, que descobre em suas opiniões um acentuado desconforto (e, segundo Said, uma compreensão a-histórica) em relação às sociedades não-ocidentais que adquirem independência nacional e, portanto, insistem na proveniência *ocidental* das filosofias nacionalistas, que assim seriam mal-adaptadas aos árabes, zulus, indochineses, latino-americanos, que, provavelmente, fariam mau uso delas (Said, 2005, p. 274).

Em contraponto aos dois autores ocidentais, Said introduz a contribuição contemporânea de Partha Chatterjee, sociólogo indiano e um dos fundadores do Subaltern Studies. Chatterjee entende que parte do nacionalismo indiano respondeu ao domínio colonial para afirmar uma consciência patriótica. A figura de Gandhi se inspira em pensadores ocidentais não modernos, como Ruskin e Tolstoi, e tenta uma regeneração radical da cultura nacional e de seus padrões de costume, no uso do algodão e da roupa produzida no território nacional, numa alimentação parca e não processada, natural, enfim em padrões de diferenciação. O ideal romântico é o de restauração da nação. Para Chatterjee, a figura de Nehru, ao contrário de Gandhi (e mesmo o respeitando), é pela modernidade, pela criação do estado nacional. O autor de *The nation and its fragments* (Chatterjee, 1997), à maneira de Said, se acautela do nacionalismo, que, embora bem-sucedido no país, pode tornar-se uma panacéia e não enfrentar os problemas das desigualdades,

90

⁹ Gellner (2000) diz, por exemplo, que, embora a cultura superior compartilhada, baseada na educação, continue a ser a precondição da cidadania moral, da participação econômica e política efetiva, no industrialismo avançado ela já não precisa gerar um nacionalismo intenso. “O nacionalismo pode então ser domesticado, como foi a religião. É possível deslocar a etnia pessoal da esfera pública para a particular e fingir que isso é apenas assunto desta, como a vida sexual, algo que não tem por que interferir em sua vida pública e que é impróprio mencionar. Mas, na verdade, isto é um fingimento, que pode ser admitido quando uma cultura dominante é apropriada por todos e utilizável como uma espécie de moeda corrente [...]” (Gellner, 2000, p. 135).

disparidades de renda e região, as injustiças sociais. Pode ser capturado por uma elite nacionalista antipopular.

Esta não é uma questão de fácil solução, sobretudo em um mundo onde as estruturas militares de poder de algumas potências estão diretamente articuladas com o novo paradigma tecnológico, com uma imensa estrutura de corporações atuando em escala global e apoiadas a partir de um sistema financeiro que tem suas raízes em *Wall Street*, na City londrina, em Paris ou Frankfurt. Tudo isso “envolucrado” numa convergência de idéias e de visões de mundo pró-mainstream, que infantilizam o público com alternativas simplórias do “bom” e do “ruim”, do “bem” e do “mal”, como se a complexidade da história das sociedades humanas estivesse determinada por tamanho primarismo. E aqui a compreensão de Noam Chomsky nos alerta para o fenômeno do controle midiático, quando informa que, em 1983, cinquenta megacompanhias dominavam a paisagem; sete anos mais tarde, restavam vinte e três, terminando pelo controle da indústria midiática centralizadas em nove companhias¹⁰.

91

Para concluir, esta recepção à obra de Edward W. Said quis revelar a riqueza e densidade deste autor, mas também a complexidade crítica de sua abordagem, que não conduz a respostas simples – muito ao contrário, a um quase estado de crítica permanente, muito à maneira de Adorno, um autor reverenciado pelo palestino.

“Não vamos fingir que existam modelos prontos para uma ordem mundial harmoniosa”, diz Said, e seria igualmente tolo supor que as idéias de paz e de comunidade têm grande chance quando o poder é levado a agir movido

¹⁰ São elas: 1. Disney; 2. AOL-Time Warner; 3. Viacom (proprietária da CBS); 4. NewsCorporation; 5. Bertsman; 6. General Electric (proprietária da NBC); 7. Sony; 8. AT&T-Liberty Media; e 9. Vivendi Universa. O mais grave é que essas gigantes têm o controle dos grandes estúdios de cinema, as cadeias de televisão e sociedades de produção musical, bem como de boa parte dos principais canais pagos, das revistas e editoras (Chomsky e Herman, 2003, p. XIII).

pelos conceitos agressivos dos “interesses nacionais vitais” ou da “soberania irrestrita” (Said, 2005, p. 52).

Esta chave aparentemente pessimista, ou realista, não impele o teórico da literatura à resignação. Para ele, o intelectual tem um papel, que é aquele de elucidar e revelar, de desafiar e derrotar tanto os silêncios impostos quanto as quietudes que se transformam em normas. Carrega consigo a premissa da desmistificação, capaz de gerar instrumentos analíticos de defesa contra a dominação simbólica que se baseia, muitas vezes, na autoridade da ciência. Aqui, ele se aproxima de Gramsci, outro autor que faz parte de seu universo filosófico e, como em Gramsci, é absurdo pensar apenas em previsões puramente objetivas. Quem faz previsões carrega consigo um programa, o que reduz a compreensão de que a previsão é sempre arbitrária ou tendenciosa. Às vezes, esta adquire objetividade e, como diz Gramsci, “somente a paixão aguça o intelecto e ajuda a tornar mais clara a intenção [...]”. Somente quem deseja fortemente identifica os elementos necessários para a realização de sua vontade” (2005, p. 35). Mas Gramsci diz também que a crença de que uma determinada concepção de mundo e da vida tem, em si própria, uma capacidade de previsão superior é um erro grosseiro, exercício de fatuidade. Trata-se de ver se “o ‘*dever ser*’ é um ato arbitrário ou necessário, é vontade ou veleidade, desejo ou sonho com a cabeça nas nuvens” (Gramsci, 2005, p. 37), passa, portanto, por todo um exercício e mediação da crítica e da história.

Em *Humanismo e crítica democrática* (Said, 2007a, p. 173), tratando do papel público de intelectuais e escritores na sociedade contemporânea, Said apresenta dois de seus maiores embates, que, segundo ele, estão diretamente vinculados à intervenção e elaboração do intelectual: o primeiro diz respeito a impedir o desaparecimento do passado, muito ao gosto de certas escolas pós-modernas e a certos estruturalismos sincrônicos; o segundo trata da construção de campos de coexistência, em lugar de campos de batalha, como resultado do trabalho

intelectual e onde ganha magnitude a sua luta pela libertação da Palestina, sua posição antibeligerante e pacifista.

Finalmente, espero ter evidenciado não apenas as diversas interfaces da obra de Edward W. Said com o campo da política internacional comparada, suas aproximações temáticas, mas também as possibilidades que suas reflexões podem aportar à teoria da globalização desigual, numa epistemologia e metodologia que se querem abertas, dinâmicas, capazes de incorporar, aproximar e frutificar a produção científica e a teoria da literatura.

Tratando de suas várias disputas a respeito da justiça e dos direitos humanos, Said enfatizou a necessidade “da redistribuição dos recursos”, capaz de defender “o imperativo teórico contra as imensas acumulações de poder e capital que tanto desfiguram a vida humana” (Said, 2007a, p. 171).

Marcos Costa Lima

é professor do Departamento de Ciências Sociais e do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal de Pernambuco

93

Referências bibliográficas

- AHMAD, A. 2002. “Orientalismo e depois: ambivalência e posição metropolitana na obra de Edward Said”. In: _____. *Linhagens do presente*. São Paulo: Boitempo Editorial, pp. 109-165.
- ANDERSON, B. 1991. *Imagined communities: reflections on the origin and spread of nationalism*. Londres: Verso Books.
- ANTONIUS, G. 1968. *The Arab awakening. The story of the national movement*. Beirute: Librairie du Liban.
- BALAKAISHNAN, G. 2000. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- BOURDIEU, P. 1989. *O poder simbólico*. São Paulo: Bertrand Brasil, capítulo V, pp. 107-132.
- CHATTERJEE, P. 1997. “The nation and its fragments”. In: _____. *The Partha Chatterjee Omnibus*. Oxford: Oxford University Press, pp. 3-282.
- _____. 1999. *Nationalist thought and the colonial world: a derivative discourse*. Londres: Zed Books.

- CHOMSKY, N.; HERMAN, S. E. 2003. *La fabrique de l'opinion publique*. Paris: Le Serpent à Plumes.
- DJEBAR, A. 2001. *Une histoire de la science arabe*. Paris: Éditions du Seuil.
- EQBAL, A. 1981. "The neo-facist State: notes on the pathology of power in the Third World". *Arab Studies Quarterly*, vol. 3, n° 2, Spring, pp. 170-80.
- FANON, F. 1952. *Peau noire, masques blancs*. Paris: Seuil.
- _____. 1968. *Os condenados da terra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- FOUCAULT, M. 1974. *Estruturalismo: antologia de textos teóricos*. Lisboa: Portugália Editora. Seleção e introdução de Eduardo Prado Coelho.
- GELLNER, E. 2000. "O advento do nacionalismo e sua interpretação: os mitos de nação e classe". In: BALAKRISHNAM, G. *Um mapa da questão nacional*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- GRAMSCI, A. 2005. "Notas sobre Maquiavel". In: SADER, E. *Gramsci: poder, política e partido*. São Paulo: Editora Expressão Popular.
- GUHA, R. 1987. "Chandra's death". In: _____. SPIVAK, G. C. *Selected subaltern studies*. N. V. Delhi: Oxford University Press.
- HOBBSAWM, E. J. 1998. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. São Paulo: Paz e Terra.
- HUNTINGTON, S. 1997. *Choque de civilizações e a reconstrução da ordem mundial*. Rio de Janeiro: Objetiva Ed.
- JAMES, C. L. R. 2000. *Os jacobinos negros – Toussaint L'Ouverture e a revolução de São Domingos*. São Paulo: Boitempo.
- LÉVI-STRAUSS, C. 1951. *Raça e história*. Lisboa : Editorial Presença/Unesco.
- SAID, E. W. 1975. *Beginnings: intentions and method*. Nova York: Basic Books
- _____. 1978. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 1995. *Cultura e imperialismo*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 2003a. *Paralelos e paradoxos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 2003b. *Reflexões sobre o exílio*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 2005. *Representações do intelectual*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 2007a. *Humanismo e crítica democrática*. São Paulo: Companhia das Letras.
- _____. 2007b. *Orientalismo*. São Paulo: Companhia das Letras. (Edição de bolso.)
- SALIH, T. 1967. *Season of migration to the North*. Londres: Heinemann.
- SOYINKA, W. 1975. *Myth, literature and the African World*. Cambridge: Cambridge University Press
- THONGO, N. W. 1986. *Decolonising the mind: the politics of language in African literature*. Londres: James Curry.